

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 06/08/2014 - Edição 1095

Para transformar, luta das trabalhadoras não pode se resumir ao sindicato

Em encontro nacional, lideranças feministas apontam caminhos e desafios para a igualdade



Nalu defende a aliança do movimento sindical com os movimentos sociais para que a pauta feminista esteja sempre articulada (Fotos: Luiz Carvalho)

Um dos passos é colocar o dedo na ferida e mostrar que não há igualdade numa sociedade que se estrutura de maneira patriarcal e oprime as mulheres. O outro, firmar alianças com os movimentos sociais fora do sindicalismo. E o terceiro, conscientizar os homens para que também se reconheçam na luta contra a discriminação.

Não necessariamente nessa ordem, mas tendo esses eixos como base, a historiadora Glaucia Fraccaro e a coordenadora da Sempre Viva Organização Feminista, Nalu Faria,

apontaram os caminhos para colocar em prática a luta pela equidade dentro e fora das organizações sindicais.

Ambas participaram na segunda-feira (4) do segundo módulo do Encontro Nacional de Mulheres da CUT, em São Paulo. Trata-se de uma série que a Central promoverá para discutir a atualidade do feminismo e a luta das trabalhadoras. Estão previstos mais outras quatro atividades.

Em intervenções que tiveram como base a primeira (século 19 até

início do 20) e a segunda onda do feminismo (1960 até os dias atuais), elas trataram dos primórdios da mobilização, que inicia pela defesa do voto das mulheres e segue até a organização autônoma e o combate à violência.

Nalu Faria defendeu a necessidade de as trabalhadoras empunharem uma pauta que articule a autonomia econômica com a transformação simbólica de valores.

“A igualdade passar pela mudança na cultura e na forma de organização. O elemento básico é a auto-organização das mulheres, por meio de secretarias, tendo sua agenda, pela promoção da mobilização. Mas, ao mesmo tempo, é necessário manter parceria com o movimento autônomo de mulheres negras, lésbicas, do campo e da cidade, porque isso é o que dá poder e pressiona pelos avanços”, defendeu.

Nesse contexto, para ela, permanecem como grandes desafios o direito das mulheres decidirem sobre o corpo e, em especial a discussão a respeito do aborto, e o enfrentamento à violência. “Se por um lado lutamos por nossa pauta,

por outro vemos o aumento do conservadorismo. Isso faz com que várias situações ainda não estejam bem resolvidas e exijam de setores importantes como a CUT o apoio a esse embate”, disse.

Cotas

Nalu também observou que a ocupação dos espaços de poder permanece como eixo permanente de luta pela igualdade. Ela defende as cotas como forma de romper com patamar de exclusão das mulheres e destacou que a paridade válida a partir da próxima direção da CUT é resultado da política de cotas que surgiu há 22 anos na Central.

Para Nalu, o aumento das mulheres em categorias predominantemente masculinas e nos espaços públicos, em especial na presidência da República, fez com que crescesse a confiança na organização. Um exemplo, cita, é próprio movimento sindical cutista.

“Temos muitas mulheres presidentas das CUTs estaduais, mesmo sem existir uma política que imponha essa obrigação. O reconhecimento das mulheres para além dos movimentos sociais pressiona que os sindicatos sigam o mesmo caminho”, analisou.



Para Gláucia, há espaço para pautas feministas, como a Lei Maria da Penha, que gerou uma mobilização em toda a sociedade

Do voto à auto-organização

Muitas vezes relegada a segundo plano quando o assunto é o avanço do feminismo, a organização das trabalhadoras foi fundamental para arrancar conquistas, observou a historiadora Gláucia Fraccaro.

“Foi a partir das mobilizações das operárias que conseguimos definir

pontos na legislação trabalhista como a regulação do trabalho das crianças, que na época não se pensava em proibir, e das mulheres. Neste caso, a ideia de salário igual para trabalho igual entre os gêneros foi resultado de um decreto de 1934, do governo Vargas. Assim como a licença maternidade”, resgatou.

No período da primeira onda do feminismo, a luta era pelo direito ao voto, que chegou em 1933. Porém, outras batalhas daquele período permanecem, conforme salientou Gláucia, para quem a opressão do sistema capitalista faz com que muitas desigualdades ainda não tenham sido superadas.

“As mulheres ainda ganham 30% do que recebem os homens e a participação das trabalhadoras nos mais altos cargos de direção dos sindicatos não é realidade. Para superar isso, precisamos que o movimento sindical em sua totalidade incorpore a ideia de que não há socialismo sem feminismo. Avançar na luta por direitos às mulheres é avançar na luta contra o capitalismo e isso move a sociedade, porque quem pauta a formulação política é o movimento social”, definiu.

Mulheres pelas mulheres

Já na segunda onda feminista, que começa nos anos 1960, o ambiente de contestação não atingiu apenas valores como a sexualidade e o consumismo do período pós-guerra, mas também a própria esquerda.

“Os homens eram revolucionários na rua, nos sindicatos e partidos, mas opressores em casa e mulheres não tinham voz. O feminismo ressurgiu também com crítica à organização da esquerda, dos partidos e sindicatos e com ideia de autoconsciência. O movimento deveria se representar horizontalmente, sem hierarquia”, lembra Nalu Faria.

Neste sentido, ela lembra que a criação, em 1986, da Comissão da CUT sobre a Questão da Mulher Trabalhadora rompe com o princípio defendido por muitos de que essa “divisão” iria enfraquecer a classe trabalhadora.

O verdadeiro golpe veio mesmo na década de 1990, com o surgimento do neoliberalismo. Naquele momento, diz Nalu, o capitalismo coopta o discurso feminista ao abordar a ideia de diversidade, de multiculturalismo, em forma de conferências que a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs para debater agendas como o enfrentamento à pobreza. Ao privilegiar esses encontros, há uma diminuição dos espaços próprios para o movimento feminista, avalia.

A guinada só veio no final daquela década, quando aumenta a resistência na América Latina com a eleição de governos progressistas e a retomada do fôlego pelos movimentos sociais.

Em período eleitoral, um resgate histórico que leva à reflexão sobre quais caminhos o feminismo pretende seguir.

Fonte: Luiz Carvalho – CUT

VIGILANTE
PISO NACIONAL
3 MIL REAIS

CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES | uni global union | CUT BRASIL

CUT defende manutenção do Fator Acidentário de Prevenção (FAP)



Vagner Freitas, presidente da CUT Nacional

Mais uma vez está nas mãos do Supremo Tribunal Federal (STF) a decisão sobre uma pauta que afeta diretamente a vida da classe trabalhadora.

Nesta quarta-feira (6), o STF deverá julgar uma ação da empresa Komatsu Forest Indústria e Comércio de Máquinas Florestais, que alega inconstitucionalidade do artigo 10 da Lei nº 10.666, de 2013, que institui o Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

O FAP é uma conquista da classe trabalhadora por meio de resolução aprovada na 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e visa valorizar as empresas que investem na melhoria das condições de trabalho, ao mesmo tempo em que penaliza aquelas que apresentam alta acidentalidade.

O Brasil é um país que ainda apresenta alto índice de acidentes de trabalho. Somados os anos de 2010, 2011 e 2012 foram mais de dois

milhões de acidentes. Desses, 47.355 trabalhadores não retornaram mais para o trabalho e 8.422 foram a óbitos, colocando o país em 4º lugar no ranking mundial, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os dados por si só demonstram a gravidade do problema

e as consequências para a classe trabalhadora e para o Estado, que tem de arcar com os altos custos de assistência médica, aposentadorias e pensões.

Por outro lado, os empregadores, de forma irresponsável e inconsequente, vêm tentando, por meio de recursos jurídicos, impedir a efetivação do FAP, instrumento de defesa de melhoria das condições de trabalho e da prevenção de doenças e acidentes, prejudicando também as empresas que se propuseram a investir para a manutenção de ambientes de trabalho mais seguros.

A CUT reivindica que os ministros do STF não aceitem nenhuma medida que vise retroceder a legislação prejudicando avanços tão duramente conquistados pela classe trabalhadora e que está dentro dos preceitos da agenda do trabalho decente, preconizado pela OIT.

Vagner Freitas
Presidente Nacional da CUT

INSS paga metade do 13º salário de aposentados e pensionistas em agosto

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) receberão metade do 13º salário junto com a folha de pagamento de agosto. A antecipação começou no governo Lula e foi mantida e oficializada nesta terça-feira (5) com a publicação do decreto da presidente Dilma Rousseff no Diário Oficial da União.

A primeira parcela será de até metade do valor do benefício referente ao mês de agosto. Essa primeira parte será paga junto com os benefícios de agosto; o pagamento vai do dia 25 deste mês até 5 de setembro, variando conforme o número do cartão do segurado.

O restante do 13º salário (valor total do abono anual menos o valor da parcela antecipada) será pago juntamente com os benefícios do mês de novembro.

Quem começou a receber aposentadoria ou pensão só em 2014 também tem direito ao décimo-terceiro, só que proporcional.

Fonte: Contraf-CUT com UOL

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF